



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO

Ata da 21ª Reunião Ordinária da  
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco  
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Data: 16 de março de 2006, às 09:00 horas  
Local: Salão do Glória Clube  
Praça Getúlio Vargas, 116 – Centro – Santo Antônio do Monte

1 Conselheiros presentes: Shelley de Souza Carneiro, presidente da Unidade Regional  
2 Colegiada do COPAM Alto São Francisco; Rosiley Fátima Borges, Coordenadoria das  
3 Promotorias de Meio Ambiente do Alto São Francisco; Capitão Valmir José Fagundes,  
4 representante da PMMG, 23ª. Companhia de Meio Ambiente e Trânsito de Divinópolis;  
5 Marcelo Ferreira Guimarães, representante do IBAMA; Edson da Conceição Ferreira,  
6 representante da Prefeitura Municipal de Divinópolis; June Marques Salgado Barros,  
7 representante da Prefeitura Municipal de Martinho Campos; André Luiz Braga Picardi,  
8 representante da Prefeitura Municipal de São Roque de Minas; Átila Alves e Costa,  
9 representante da FIEMG; Camilo de Lélis André de Melo, Roberto Soares Nogueira,  
10 representantes da FEDERAMINAS; Eustáquio Marcelino Valério Calderaro,  
11 representante da ABES; Lessando Gabriel da Costa, representante da Associação  
12 Ambientalista do Alto São Francisco – ASF; Marcos Antônio Vilela, representante do  
13 Grupo AR; Antônio José Fernandes Neto, representante do CODEMA de Igaratinga;  
14 Gerson Luiz de Freitas, Representante do CODEMA de Divinópolis; Item 1 –  
15 Abertura - Dr. Shelley de Souza Carneiro: Agradeceu ao prefeito de Santo Antônio do  
16 Monte, Leonardo Lacerda, pela acolhida, também ao Secretário de Meio Ambiente, Sr.  
17 Adalberto, a Sra. Jaqueline, Chefe de Gabinete e ao conselheiro Lessandro pelo apoio  
18 na realização da reunião em Santo Antônio do Monte. Hino Nacional. Após o hino, a  
19 aluna da Escola Estadual Padre Paulo, Ana Keila, foi convidada para apresentação da  
20 música Planeta Água. O presidente, Dr. Shelley, informou, no início dos trabalhos, aos  
21 presentes quais são as funções do COPAM, apresentou os seus conselheiros, relacionou  
22 algumas dificuldades, falou das leis que regem todo o sistema, procurando informar  
23 para que todos conhecessem como é o licenciamento ambiental em Minas Gerais.  
24 Evidenciou a importância do COPAM, através da regionalização dos NARC's, para o  
25 desenvolvimento sustentável para o estado e para o país. Salientou os trabalhos  
26 desenvolvidos pela FEAM, pelo IGAM e IEF. Leonardo Camilo – O Prefeito de Santo  
27 Antônio do Monte agradeceu a presença de todos ressaltando a parceria entre prefeitura  
28 de Santo Antônio do Monte e o Ministério Público, EMATER, SINDIEMG, SENAI,  
29 Associação Ambientalista do Alto São Francisco, de Lagoa da Prata, COPASA,  
30 FUNEDI. Dr. Shelley - O presidente informou da publicação de uma deliberação  
31 normativa instruindo quanto ao número de conselheiros para quorum nas reuniões. A  
32 partir de agora, para começar a reunião, será necessário ter quorum, mas para votar  
33 basta a maioria simples. Três pessoas podem votar um processo. Informou, também, da  
34 criação de um grupo de trabalho visando à elaboração da política estadual de resíduos  
35 sólidos do estado, como os garimpos, por exemplo, que preocupam todo o SISEMA. O  
36 projeto foi distribuído para todos os NARC's das regionais. E os núcleos vão começar a  
37 se organizar. Desse grupo fazem parte a UFMG, ONG's, FIEMG, FAEMG, SEMAD,



38 IEF, FEAM, IGAM Solicitou que na próxima reunião, em Bambuí, coloque como  
39 tópico a discussão da nova legislação que trata sobre a fiscalização ambiental no estado,  
40 e que fosse enviada via e-mail para conhecimento dos conselheiros. Informou ainda, que  
41 os NARC's passam a serem legalmente constituídos e passam a ter as suas atribuições  
42 através de decretos. Será realizada uma agenda, até Julho/06, em parceria com FIEMG,  
43 para melhorar o atendimento ao setor produtivo esclarecendo dúvidas quanto à  
44 legislação ambiental do estado. Item 3 - Comunicado dos Conselheiros - Eustáquio  
45 Valério – “*Informo que aproximadamente, há um ano a Câmara de Entidades de*  
46 *Profissionais Liberais, está sem suplência. Gostaria que o COPAM Regional tomasse*  
47 *as providências para um possível suplente nesta gestão*”. Rogério Noce –  
48 **Superintendente de Política Ambiental** – “*Como nós temos já definido a prorrogação*  
49 *do prazo de mandato dos conselheiros de um modo geral do COPAM. Se não houver*  
50 *manifestação específica da SINGEO, aí sim, nós vamos convocar uma eleição*  
51 *específica para que a entidade que possa se habilitar e ocupe essa suplência. Então*  
52 *vamos provocar essa situação e a gente esclarece. Se tiver eleição não é possível fazer*  
53 *substituição para a próxima reunião em Bambuí, mas se tiver tudo ok, nós teremos um*  
54 *novo conselheiro definido*”. Lessando Gabriel – **Representante da ASF** – “*Gostaria de*  
55 *convidar a todos que do dia 21 ao dia 23, agora essa semana, estaremos juntos com o*  
56 *Governo do Estado de Minas Gerais, por meio do secretário do Meio Ambiente, o*  
57 *IGAM, Assembléia Legislativa, o Fórum Mineiro de Comitês, e o CREA, convidando a*  
58 *todos para participar do 5º Fórum das Águas que acontecerá no hall da Assembléia do*  
59 *Estado*”. André Picardi – **Representante da Prefeitura de São Roque de Minas** – “*Serei*  
60 *breve, mas é a respeito do que tem acontecido ultimamente na região da Serra da*  
61 *Canastra, aonde conflito de interpretação com relação aos limites do Parque Nacional*  
62 *da Serra da Canastra. Mas aquela região vem sofrendo de novo, com um problema em*  
63 *relação à extração de quartzito naquela faixa próxima à MG-050. O IBAMA entende*  
64 *que aquela área como sendo dentro do Parque Nacional da Serra da Canastra e já há*  
65 *alguns anos não vinha renovando o licenciamento daquelas empresas de extração de*  
66 *quartzito. Gostaria de pedir ao secretário, Dr. Shelley, porque nos foi solicitado aos*  
67 *membros representantes dos municípios, que são afetados pelo parque, que fizéssemos*  
68 *um projeto para criação de APAS municipais que abrangessem a área aonde o parque*  
69 *pretende fazer a sua regularização fundiária e a zona de amortecimento, Gostaria de*  
70 *pedir o apoio dos técnicos da SEMAD*”. Dr. Shelley – “*Anota o que ele falou sobre as*  
71 *APAS e eu gostaria que isso fosse passado para a Superintendência de Projetos, lá em*  
72 *Belo Horizonte, que eu quero discutir com a Simone esse caso dele aí*”. Roberto Soares  
73 Nogueira – **Representante da FEDERAMINAS** – “*Eu gostaria de reiterar o convite*  
74 *para a plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pará que acontecerá no dia*  
75 *06 de Abril, na Cooperativa Agropecuária de Divinópolis onde serão empossados os*  
76 *novos conselheiros e será eleita a nova diretoria*”. Capitão Gerson – **CODEMA de**  
77 **Divinópolis** – “*Com relação aos garimpos de Cedro do Abaeté, precisamente, onde em*  
78 *1988, mesmo da Constituição de 88, a gente teve a oportunidade de batalhar e*  
79 *combater pela primeira vez o garimpo predatório. Quero dizer que no sábado passado*  
80 *nós estivemos em Lagoa da Prata acompanhando a Dra. Luciana e Dra. Juliana,*  
81 *Promotoras de Justiça de Divinópolis e Bom Despacho, acompanhado do Subtenente*  
82 *Borges que nos apoiou para fazer uma nova avaliação do desvio do Rio São Francisco.*  
83 *Estivemos lá e navegamos numa embarcação do subtenente Borges e o Ministério*  
84 *Público. Calculamos aproximadamente um volume de água de dois metros de*  
85 *profundidade no leito natural. Eu peço que haja um envolvimento especial do NARC ao*



86 *Ministério Público que está lutando para que essa causa chegue a um bom termo. Estou*  
87 *pedindo o apoio do NARCASF e da SEMAD para que possa dar sustentação a tese do*  
88 *Ministério Público e a nós, representante do CODEMA de Divinópolis e Associação*  
89 *Regional de Proteção Ambiental, ARPA II". Dr. Shelley – "Lais, eu queria pedir um*  
90 *relatório do NARC sobre isso com fotografias, e mandar isso rápido para que eu possa*  
91 *agilizar e ver o que está acontecendo, mas gostaria de tirassem fotos do local e fizesse*  
92 *um relatório rápido, porque isso não pode continuar". Marcelo Guimarães – IBAMA –*  
93 *" Com relação ao que o Cap. Gerson falou, foi desencadeado através de um Boletim de*  
94 *Ocorrência da Polícia Militar, feita pelo Cap. Borges, em 2002, o IBAMA esteve no*  
95 *local, tomou conhecimento desse desvio, autuou a empresa em R\$ 500.000,00, fizemos*  
96 *um relatório. O Ministério Público abriu um inquérito, nós fizemos o laudo com*  
97 *fotografias e estivemos lá e vimos que realmente fizeram com o rio. Fica em Lagoa da*  
98 *Prata, divisa entre Lagoa da Prata e Luz. Foram desviados sete quilômetros e meio do*  
99 *rio." Dr. Shelley – "Naquela época nós tivemos uma reunião em Belo Horizonte e*  
100 *ficou certo que eles não iam mexer, pois estavam começando as chuvas e a desculpa foi*  
101 *essa, época de chuva e nós não vamos cortar a transposição, mas vamos cortar logo*  
102 *depois da chuva e vai acabar com isso." Marcelo – "Até hoje está a mesma coisa. Tem*  
103 *o Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público e a empresa entrou com o*  
104 *recurso, e o juiz de Lagoa da Prata suspendeu esse TAC, falando que o IBAMA não era*  
105 *o órgão competente e que tinha que ter um laudo da ANA. Veio um técnico da ANA e*  
106 *tem um primeiro laudo favorável ao retorno do rio e depois outro laudo dentro do*  
107 *processo recente, contrário. Está sendo montado um grupo de trabalho com técnicos do*  
108 *IBAMA, do Ministério Público. Inclusive um hidrólogo da Universidade de Ouro Preto*  
109 *para poder fazer um parecer em cima disso, pois é um absurdo um desvio de sete*  
110 *quilômetros e meio do rio. Completando o que o capitão disse, o apoio da SEMAD*  
111 *nisso aí e o Governo de Minas para resolver uma questão que acho que, na atual*  
112 *conjuntura, que estamos trabalhando na revitalização do São Francisco, não é uma*  
113 *coisa que pode continuar passando despercebida". Lessandro – ASF de Lagoa da Prata*  
114 *– "Desde o acontecimento que foi feito através da Expedição Américo Vespúcio onde,*  
115 *em conjunto com a Polícia Ambiental com a Polícia Ambiental de Lagoa da Prata, foi*  
116 *feita essa denúncia, a ASF sempre acompanhou esse caso. Porque temos lutado sempre*  
117 *pelo desenvolvimento da nossa região e simplesmente esse parecer que veio da ANA,*  
118 *porque até hoje, do nosso conhecimento, esse laudo da ANA é falso. Isso eu falo e posso*  
119 *afirmar, porque lá em Lagoa da Prata nunca teve e nem passou ninguém da ANA.".*  
120 *Marcelo – "Só complementando se o senhor quiser cópia do laudo do IBAMA, a gente*  
121 *pode disponibilizar". Dr. Shelley – "Se você puder me enviar, eu gostaria". Marcelo –*  
122 *" Inclusive com fotos e podem ser anexadas ao BO recente da polícia". Dr. Shelley –*  
123 *"Eu estive, fiz um giro de helicóptero, pelos sete quilômetros, parei na beirada do rio*  
124 *onde foi desviado, onde ele entra. Demos uma série de declarações, fomos a Belo*  
125 *Horizonte, pedimos ao comitê, ao IGAM, ao IBAMA, numa reunião e o que tinha sido*  
126 *passado é que o secretário agiliza politicamente e depois não acompanha a parte*  
127 *técnica. Isso é impossível acompanhar mil processos. Soube que o Ministério Público*  
128 *tinha entrado, mas não estava sabendo desse problema da ANA. E eu vou procurar*  
129 *saber o que está acontecendo". Marcelo – "Inclusive teve parecer técnico do IBAMA e*  
130 *foi aprovado tudo de acordo. Na hora da execução do TAC eles entraram com recurso,*  
131 *o juiz suspendeu o TAC, e continua nesse impasse até hoje e a gente percebe que tem*  
132 *muita coisa política envolvendo isso aí. Veja a questão dos pareceres da ANA". Clarice*  
133 *– "Estou aqui como proprietária de um pedaço de terra na beira do Rio Lambari, no*



134 *município de Perdigoão. Existe um projeto de uma construção de uma usina*  
135 *hidroelétrica na Cachoeira do Funil. Só que, a mesma companhia, há um mês atrás*  
136 *esteve lá com outro projeto que é a construção de um canal subterrâneo de mais ou*  
137 *menos três quilômetros, onde eles desviariam 80% da água do rio por esse canal e*  
138 *construiriam a usina. Eu gostaria que vocês dessem uma olhada com muito carinho,*  
139 *porque desviar o rio três quilômetros e jogá-lo no subsolo, eu acho que precisa ser*  
140 *discutido esse impacto ambiental. Estou entregando por escrito a denúncia para*  
141 *qualquer esclarecimento". **Dr. Shelley** – "Obrigado. Está feito o registro. Eu gostaria*  
142 *de entregar, como tinha prometido na última reunião, ao Camilo de Lélis e ao Roberto*  
143 *Soares Nogueira, da FEDERAMINAS, um diploma de honra ao mérito da Secretaria*  
144 *Estadual do Meio Ambiente, do IEF, IGAM e FEAM. Quase tudo que foi colocado pelos*  
145 *conselheiros nós demos o andamento e voltamos os pedidos para que isso não fique*  
146 *parado. Eu gostaria que na próxima reunião, a Lais, fizesse um apanhado de todas as*  
147 *moções que foram pedidas pelos senhores, e que a gente desse uma resposta aos*  
148 *senhores de todas as moções". Item 4 – Exame da Ata da 20ª. R.O. da Unidade*  
149 *Regional do COPAM de 16/02/2006. **Dr. Shelley** – "Parabéns! Aqui está em dia. Em*  
150 *discussão. Em votação. Quem estiver de acordo que se mantenha como está.*  
151 **APROVADA A ATA**". Item 5 – Palestra "Resultados do licenciamento ambiental  
152 *setorial das indústrias de fogos de Santo Antônio do Monte/MG e região".*  
153 **Apresentada por David de Hollanda Vianna, Gerente da Divisão de Indústrias Químicas**  
154 **da FEAM, informando sobre a evolução dos processos de licenciamento das indústrias**  
155 **de fogos de artifício da região e convênio assinado entre as instituições da FIEMG e**  
156 **SINDIEMG e FEAM, FUNDACENTRO, Ministério do Exército. Informou ainda sobre**  
157 **a reclassificação de alguns empreendimentos e mudança nos parâmetros para**  
158 **licenciamento de acordo com a DN 74/04. **Dr. Shelley** – "Às vezes o custo para**  
159 **sociedade de uma empresa é muito maior que os empregos que ela está gerando, e ao**  
160 **longo do tempo a gente começa sentir isso. Problema é que a gente não avalia isso,**  
161 **avalia só o problema pontual, não olha a cadeia e não olha nada. Eu queria chamar a**  
162 **atenção de vocês conselheiros. Cuidado com as avaliações de custos. Hoje elas têm**  
163 **significados muito diferentes para a sociedade. Como valorar os problemas ambientais**  
164 **que não é fácil. Essa é a grande discussão do mundo e o maior desafio na atualidade. O**  
165 **projeto de Santo Antônio do Monte. Se fosse feito caso a caso estaria sendo julgado**  
166 **aqui no NARC e aqui no COPAM, porque eles são 3 e 4, e 1 e 2. As classes 1 e 2, 3 e 4**  
167 **agora em toda Minas Gerais, dentro dos novos projetos, estão sendo totalmente**  
168 **licenciados e os trabalhos executados com o apoio da FEAM, IGAM e IEF de Belo**  
169 **Horizonte, mas totalmente licenciados nos COPAM's regionais. Nesse caso foi mantido**  
170 **em Belo Horizonte por que são vários e são processos antigos que vem há mais tempo,**  
171 **por isso eles não caíram para vocês licenciarem e o processo continua em Belo**  
172 **Horizonte. Para passar para cá traria uma grande dificuldade e perderia muito daquilo**  
173 **que foi feito e de uma história que existe no projeto de Santo Antônio do Monte, por**  
174 **isso não veio para o COPAM Regional esse caso específico, mesmo sendo a maioria,**  
175 **AAF e classe 1 e 2, e 3 e 4." **Sidônio Fernandes do Couto Patusco** – **Presidente do**  
176 **Sindicato das Indústrias de Fogos de Artíficos** – "Ficou bem claro que as indústrias de  
177 fogos tiveram a iniciativa de buscar a FEAM e fazer um processo de licenciamento. O  
178 que a gente tem notado e colocado é o seguinte: é um processo antigo e que não está  
179 andando por falta de condições técnicas da FEAM, em Belo Horizonte. Nós fizemos  
180 uma deliberação normativa que foi feita de forma conjunta com técnicos da FEAM,  
181 com a FUNDACENTRO, FIEMG, e os empresários. Houve uma proposta de mudança**



182 *de grau de potencial poluidor que eu não consigo entender, e posso entender que é uma*  
183 *justificativa política para não vir esse processo para a região do Alto São Francisco e*  
184 *para Divinópolis, porque na DN 74, estamos quase todas as empresas na categoria 1 e*  
185 *2. Não vejo motivo para isso, mesmo porque o técnico que a gente tem hoje, que é o*  
186 *Gabriel, que é o responsável pela avaliação das indústrias de fogos de artifício, ou*  
187 *seja, só ele está fazendo este tipo de trabalho. Não vejo por que dele fazer o trabalho lá*  
188 *e mandar para apreciação do COPAM na região aqui. Eu não estou entendendo a*  
189 *sistemática disso”. **David** – “Sobre a questão do potencial poluidor é discutível*  
190 *mesmo, mas eu tenho que defender aqui a posição do colega e a idéia é essa: a gente*  
191 *vai realmente propor uma ação para o COPAM, e a gente está disposto e vai dialogar*  
192 *junto ao conselho que é para isso mesmo, mas vai ser feito, e vamos discutir isso mais*  
193 *em detalhes, e não vejo problemas nenhum na discussão”. **Dr. Shelley** – “Esse é um*  
194 *trabalho muito bem desenvolvido. É um dos exemplos entre vários no estado, não só*  
195 *com fogos, mas com outros segmentos, nichos de trabalho dentro de uma região e estão*  
196 *trabalhando e realizando trabalhos maravilhosos, com o apoio do SENAI, da FIEMG, e*  
197 *principalmente em parceria com o órgão ambiental. Agora, porque isso está em Belo*  
198 *Horizonte é o seguinte, começou lá, o COPAM é uma coisa nova, começou há um ano,*  
199 *o daqui tem oito meses. O pessoal precisa de muito treinamento e precisa da história*  
200 *que em 23 anos a FEAM em Belo Horizonte adquiriu. Estamos com uma equipe nova,*  
201 *começando, que há pouco tempo vai dar muita contribuição ao meio ambiente da*  
202 *região. O apoio logístico, estratégico e ambiental ainda é dado, pela nova lei, pela*  
203 *FEAM, IGAM e IEF de Belo Horizonte, que dá o apoio estrutural e técnico para os*  
204 *profissionais que estão aqui. É preciso ir com cuidado para não fazer bobagens. Esse*  
205 *projeto se tivesse vindo para cá, tinha atrasado tudo e virado uma confusão. Primeiro*  
206 *porque as pessoas não têm história no projeto. Tudo que vocês conseguiram na*  
207 *negociação que fizeram com a FEAM há uma história que vocês foram conseguindo.*  
208 *Existe uma história que eles vão lá defender, como disse o Ilmar e Zuleika, como o*  
209 *melhor projeto. Eles viveram o processo e sabem os ganhos e os passos que foram*  
210 *dados, coisa que aqui ainda não conhece. Então, por isso, o COPAM. E como são*  
211 *muitos, não é um projeto de um só, são todos associados do sindicato, é melhor para o*  
212 *sindicato, é melhor que esse processo continue lá, até essa primeira fase acabar. É*  
213 *lógico que a licença tem uma validade, não sei se no caso seus são seis ou oito anos.*  
214 *Quando voltar o processo para licenciamento, vai voltar para cá. Em Belo Horizonte*  
215 *vai trabalhar com processo 5 e 6. 1, 2, 3 e 4 vão ser nas regionais. Isso está definido*  
216 *pelo próprio secretário, o governador já assinou a norma, então já está definido.*  
217 *Tivemos que montar toda uma rede de informática ligada através do nosso projeto*  
218 *SIAM. A partir daí então, eles já começam a fazer o licenciamento aqui, integrado*  
219 *dentro do próprio sistema. O IGAM tem que fazer outorga de água. Estamos*  
220 *começando a fazer nas regionais. Agora estamos encerrando, neste fim de mês começa*  
221 *fazer toda outorga 1, 2, 3 e 4, dentro das regionais”. **Edson Conceição** – **Representante***  
222 *da Prefeitura de Divinópolis* – “Com relação às indústrias de fogos e com a reversão,  
223 *digo reversão, que é em relação a Norberto Odebrecht, a maneira que foi conduzida a*  
224 *mudança das normas. Essa empresa já estava com o processo praticamente no ponto*  
225 *final para receber o licenciamento e voltou tudo a estaca zero. Já tem dois anos que*  
226 *essa empresa está tentando e o mais curioso de tudo, é que essa empresa tem a*  
227 *finalidade de aproveitamento de resíduos industriais”. **Dr. Shelley** – “Eu vou levar o*  
228 *problema da Odebrecht, e queria que você me desse o número do processo, e vou olhar*  
229 *pessoalmente isso em Belo Horizonte e vou te dar uma resposta do que está*



230 *acontecendo*". **Marcelo** – “*Só para complementar, foi através de um boletim de*  
231 *ocorrência da Polícia Ambiental, quando o subtenente Borges chegou a Lagoa da*  
232 *Prata e constatou a questão do desvio. Foi feito um boletim de ocorrência que foi*  
233 *encaminhado ao Ministério Público e repassado ao IBAMA para elaboração de laudo.*  
234 *O órgão, administrativamente, tomou as medidas cabíveis que foi a lavratura do auto*  
235 *de infração para a empresa, a elaboração do laudo técnico. Depois do parecer técnico*  
236 *o Ministério Público abriu um inquérito civil que está sendo instruído, e através de uma*  
237 *liminar concedida por um juiz de Lagoa da Prata, a pedido da empresa, é que foi*  
238 *suspensa a liminar e pedida a suspensão do inquérito civil. Essa liminar é que está em*  
239 *vigor e por isso é que está parado isso aí. A liminar foi baseada numa solicitação da*  
240 *empresa, que a ANA, deveria ser ouvida. O órgão entrou no circuito e tem dois*  
241 *pareceres um favorável ao retorno do rio e outro contrário. Teve uma reunião na*  
242 *semana passada, em Belo Horizonte, onde participaram Ministério Público e IBAMA e*  
243 *foi formada uma comissão, que vai estudar esses dois pareceres para ser elaborado*  
244 *outro contestando isso aí. O Ministério Público continua tentando derrubar essa*  
245 *liminar do juiz, para poder continuar em andamento o inquérito e as obras serem*  
246 *executadas*”. **Dr. Shelley** – “Item 6 – Processo Administrativo para Exame de  
247 licença de Instalação (ampliação) – Brasil Verde Agroindustriais Ltda – Item 6.1 –  
248 implantação de sistema de injeção de finos de carvão no alto forno – Conceição do  
249 Pará/MG - LICENÇA CONCEDIDA COM CONDICIONANTES – Item 7 – “*Eu*  
250 *vou fazer por destaques, o conselheiro que achar o item, pede destaque no item, e a*  
251 *gente vota os que não tiverem destaque*”. 7.1 – Fernando Diniz Olive – Fazenda  
252 Palmeira – vistas do conselheiro Camilo – apresentação pelo deferimento. “*Como é*  
253 *vistas, o 7.1 fica com destaque para o Camilo e depois volto a ele*”. 7.2 – Ardósia  
254 Nacional Importação e Exportação Ltda – beneficiamento de ardósia –  
255 Pompeu/MG – pelo deferimento com condicionantes – 7.3 – Marcelo Gomes de  
256 Araújo – Fazenda Anabela – suinocultura – Pará de Minas/MG – pelo deferimento  
257 com condicionantes – Item 7.4 – Flávio José de Abreu – Granja Por do Sol –  
258 suinocultura – Pará de Minas/MG – pelo deferimento com condicionantes – 7.5 –  
259 Pevex Pedras Naturais Ltda – beneficiamento de ardósia – Papagaio/MG – pelo  
260 deferimento com condicionantes. “*Por favor, destaques*”? **Marcelo** – *Destaque no*  
261 *item 7.5. Átila* – “*Destaque no item 7.2*”. **Dr. Shelley** – “*Então vamos item por item*  
262 *porque todos foram pedidos destaques*”. 7.1 – Fernando Diniz Olive – Fazenda  
263 Palmeira – Carmo da Mata/MG – LICENÇA INDEFERIDA - **Camilo de Lélis** –  
264 “*Eu pedi vistas nesse processo e tive a oportunidade de visitar a empresa Fazenda da*  
265 *Palmeira e tive em contato com o proprietário Sr. Fernando. Só que ele pegou um*  
266 *técnico que estava habituado a trabalhar por um outro NARC, o de Varginha, porque o*  
267 *IEF de Oliveira que deu o licenciamento para ele, que está no processo de*  
268 *licenciamento é a região de Varginha, e onde está a Fazenda é em Carmo da Mata é*  
269 *região de Divinópolis, o nosso NARC. Eu concordei com o parecer do nosso técnico,*  
270 *José Antônio, mas que pelo menos aproveitasse a taxa para ele dar o outro*  
271 *licenciamento*”. **Dr. Shelley** – “*Gostaria de ouvir o parecer jurídico*”. **Wilber Nogueira**  
272 – **NARCASF** – “*O empreendedor Fernando Diniz Olive requereu a licença de*  
273 *operação corretiva da Fazenda Palmeira, cujas atividades são cafeicultura,*  
274 *bovinocultura de corte e leite, silvicultura e cultura anuais em 14 de julho de 2005.*  
275 *Processo encontra-se formalizado não constando nos autos quaisquer documentos de*  
276 *outorga. No que tange a Autorização para Exploração Florestal o empreendedor junta*  
277 *apenas seus documentos pessoais e certidão de registro de imóveis. Não realizando a*



278 *juntada da planta topográfica, do roteiro de localização, bem como do requerimento de*  
279 *APEF em documento padrão do IEF. Portanto, o empreendedor não está em*  
280 *conformidade com a documentação exigida no FOB nº 152031 de 2005. A água*  
281 *utilizada no empreendimento será proveniente de captação em corpo d'água e*  
282 *insurgência, pelo que deve o empreendedor requerer as outorgas competentes. O*  
283 *empreendedor informa no FCEI que já existe processo de APEF protocolado no IEF*  
284 *sob o nº 320200816/04 sem, no entanto apresentar quaisquer documentos desse*  
285 *processo. Não procedeu ao empreendedor à devida averbação da área de reserva legal*  
286 *no registro de imóvel constante do processo em análise. O Formulário de*  
287 *Caracterização do Empreendimento encontra-se rasurado. Segundo o parecer técnico*  
288 *as informações constantes do RCA/PCA são insuficientes para as atividades objeto*  
289 *desse licenciamento. A publicação do requerimento de LOC não atende as diretrizes da*  
290 *DN 13/95, conforme se comprova nos documentos de folha 37. Isto posto, opina essa*  
291 *assessoria pelo indeferimento da licença de operação corretiva, determinando-se o*  
292 *prazo de 90 dias para a formulação de novo processo para licenciamento, sob pena de*  
293 *suspensão das atividades". Dr. Shelley – “Em discussão. Nós estamos julgando o*  
294 *parecer do relator. Porque quando é vistas, o relator apresenta o seu parecer e nós*  
295 *votamos e discutimos o parecer do relator, está claro. Em votação, quem tiver de*  
296 *acordo se mantenha como está. APROVADO”. – 7.2 – Ardósia Nacional Importação*  
297 *e Exportação Ltda – Pompéu/MG. LICENÇA CONCEDIDA COM*  
298 *CONDICIONANTES - Átila – “Com relação ao parecer jurídico em que menciona a*  
299 *decisão que foi tomada na reunião de Igaratinga o COPAM adotar como praxe os 30*  
300 *dias para licenciamento e 120 dias de prazo para os fornecedores caso não tenha*  
301 *nenhum licenciado. Esse é assunto que tem sido discutido bastante, mas não deixar de*  
302 *registrar que a FIEMG não concorda com essa condicionante”. Dr. Shelley – “Nós só*  
303 *colocamos porque foi decisão do conselho votado, por isso nós somos obrigados a*  
304 *colocar. Posso dizer que a empresa pode recorrer sobre essa condicionante legalmente,*  
305 *como está acontecendo, ela recorre na condicionante como acontece algumas vezes*  
306 *como é direito dela. Mas como foi votado pelo conselho eu não posso retirar. Mais*  
307 *alguma coisa? É pelo deferimento com condicionantes, o que foi questionado foi só*  
308 *condicionante. Em coloco em votação, quem tiver de acordo se mantenha como está,*  
309 *com protesto já colocado da FIEMG, sobre o condicionante e não sobre o*  
310 *indeferimento, que foi indeferido. APROVADO”. Item 7.3 – Marcelo Gomes de*  
311 *Araújo – Fazenda Anabela – Suinocultura – Pará de Minas/MG – LICENÇA*  
312 *CONCEDIDA COM CONDICIONANTES – “Em discussão. Você poderia falar*  
313 *sobre o 7.4 também, Roberto. Você vai falar sobre os dois”? 7.4 – Flávio José de*  
314 *Abreu – Granja Por do Sol – suinocultura – Pará de Minas/MG. – LICENÇA*  
315 *CONCEDIDA COM CONDICIONANTES- Roberto Soares Nogueira –*  
316 *FEDERAMINAS – “Eu gostaria que nesses dois processos se colocasse prazos*  
317 *específicos para facilitar a vida do empreendedor e da fiscalização”. José Antônio –*  
318 *“Eu sugiro 30 dias em todas elas para regularizar a situação. A sexta e a sétima*  
319 *poderíamos colocar 30 dias nelas”. Dr. Shelley – “Então, periodicamente, no seis e*  
320 *sete, passa de seis em seis meses, e 30 dias o outro, número 4 e 5”. José Antônio –*  
321 *“Está aplicado, para conduzir o negócio certo, pode deixar do jeito que está: 30 dias”.*  
322 *Dr. Shelley – “Eu gostaria então de colocar em votação, com as modificações gravadas*  
323 *e colocadas, não precisa repeti-las, mas o item 7.3 e 7.4, da nossa pauta e gravado”.*  
324 *Itens 7.3 e 7.4 - 7.3 - Marcelo Gomes de Araújo – Fazenda Anabela – suinocultura*  
325 *– Pará de Minas/MG – 7.4 – Flávio José de Abreu – Granja Por do Sol –*



326 suinocultura – Pará de Minas/MG. *“Gostaria de colocar em votação com as*  
327 *propostas colocadas anteriormente, Quem tiver de acordo que se mantenha como*  
328 *está”*. **APROVADOS**. Item 7.5 – Pe vex Pedras Naturais Ltda – beneficiamento de  
329 ardósia – Papagaios/MG – **LICENÇA CONCEDIDA COM CONDICIONANTES**  
330 *“Foi pedido destaque pelo IBAMA”*. **Marcelo Guimarães** – *“Eu gostaria que fosse*  
331 *alterada a condicionante 5 passasse a ter a mesma redação da condicionante sugerida*  
332 *no parecer jurídico item 7.2, 30 dias e caso não seja licenciamento, 120 dias.* **Wilber**  
333 **Nogueira** – *“Apresentar a licença ambiental dos empreendimentos fornecedores de*  
334 *matéria prima: 30 dias após a concessão de licença de operação corretiva. Caso não*  
335 *sejam licenciados pelo órgão ambiental deverá o empreendedor adequar o seu quadro*  
336 *de fornecedores de matéria prima de origem legalmente licenciada 120 dias após a*  
337 *concessão da licença”*. **Marcelo Guimarães** – *“Essas duas condicionantes do parecer*  
338 *jurídico poderiam ser condensadas numa condicionante só, conforme já vem ocorrendo*  
339 *nos outros pareceres”*. **Dr. Shelley** – *“Também acho, com o prazo de 120 dias”*.  
340 **Marcelo** – *“Prazo de 120 dias caso o empreendimento fornecedor não seja licenciado”*.  
341 **Átila** – *“É até coerente, evidentemente a observação dele, mas renovo também o*  
342 *protesto esse processo”*. **Dr. Shelley** – *“Dentro de uma mesma colocação a FIEMG*  
343 *protesta contra os dois condicionantes. 120 dias unindo os dois itens: 5 e 6 num só,*  
344 *mantendo 120 dias. Essa é a modificação proposta”*. **Marcelo** – *“Seria como está no*  
345 *anexo único do parecer jurídico do item 7.2. Apresentar licença ambiental dos*  
346 *fornecedores de matéria prima, o prazo de 30 dias e caso não sejam licenciados pelo*  
347 *órgão ambiental, deverá o empreendedor adequar o seu quadro de fornecedores de*  
348 *matéria prima de origem legalmente licenciada, com prazo de 120 dias. Igual aí, só que*  
349 *juntar as duas numa condicionante só”*. **Dr. Shelley** – *“Eu coloco em votação. Quem*  
350 *tiver de acordo que se mantenha como está. APROVADO com a colocação da FIEMG*  
351 *com relação ao protesto em relação ao item anterior”*. **Dra. Rosiley** – **Ministério**  
352 **Público** – *“Gostaria de fazer dois pedidos: Com relação a esses julgamentos que foram*  
353 *proferidos agora, que as condicionantes fossem encaminhadas aos Ministérios Públicos*  
354 *das respectivas comarcas nos municípios para que ajudasse na fiscalização do*  
355 *processo de licenciamento. E com relação ao julgamento que vai seguinte, que é o*  
356 *processo administrativo de auto de infração da Prefeitura de Divinópolis, ainda não*  
357 *está em julgamento, eu só gostaria de colocar que em mantendo o posicionamento do*  
358 *parecer jurídico, em sendo aprovado, que fosse encaminhada cópia do procedimento ao*  
359 *Ministério Público da Comarca de Divinópolis, para apuração de eventual crime*  
360 *ambiental com julgamento e processo contra os infratores o julgamento”*. **Dr. Shelley** –  
361 *“Parece que vai haver pedido de vistas nesse processo. Já foi enviado para a*  
362 *Promotoria. Mas de qualquer maneira nós não vamos julgar, porque parece que tem*  
363 *pedido de vistas. O processo vai entrar na próxima reunião, em Bambuí. Eu gostaria de*  
364 *chamar a atenção, isso às vezes acontecem, mas quando for possível, as vistas forem*  
365 *pedidas no início da reunião”*. Item 8.1 – Prefeitura Municipal de Divinópolis –  
366 canalização do córrego São Sebastião – Divinópolis/MG. **VISTAS AO PROCESSO**  
367 **CONCEDIDA AO CONSELHEIRO EDSON CONCEIÇÃO** *“Em discussão”*.  
368 **Edson Conceição** – *“Eu pediria vistas nesse processo para acrescentar novos*  
369 *documentos”*. **Dr. Shelley** – *“Pedido vistas ao processo e que seja encaminhado ao*  
370 *conselheiro”*. Item 9 – Processo Administrativo para exame do pedido de  
371 reconsideração. 9.1 – Delles Indústria e Comércio Ltda – confecção e lavanderia de  
372 peças de vestuário – Divinópolis/MG. **INDEFERIDO PEDIDO DE**  
373 **RECONSIDERAÇÃO**. *“Em discussão”*. **Rodrigo Maldonado** – **Representante da**



374 Delles Jeans – “ Gostaria de manifestar aqui que o meu pedido de reconsideração foi  
375 protocolado sem as devidas normas legais exigidas até então. A nossa intenção é  
376 continuar com a empresa e esse pedido de reconsideração seja de 50%, e isso para nós,  
377 financeiramente, pelos 40% que a gente trabalha na empresa, é de suma importância  
378 para que ela sobreviva”. Dr. Shelley – “ Eu vou passar ao jurídico e vai te orientar”.  
379 Wilber Nogueira – “Em relação ao termo de compromisso, o Decreto Estadual 39424,  
380 dá sim essa possibilidade, mas não no caso de autuação por falta de licença, é o caso  
381 do senhor infelizmente. E quando da ocorrência desse termo de compromisso ele deve  
382 ser protocolado 20 dias da notificação da penalidade. Então agora não seria o  
383 momento oportuno para firmar esse termo. A conclusão do parecer: passada a análise  
384 técnica tal pedido foi considerado insubsistente, haja vista, não exigir qualquer  
385 argumento, fato ou justificativa que possa descaracterizar o auto de infração cometido,  
386 apenas sendo requerido a este conselheiro que reconsidere a sua decisão.  
387 Juridicamente, também não foram mencionados quaisquer fatos ou argumentos que  
388 pudessem ensejar a reconsideração da multa outrora aplicada. Ante ao exposto, pugna  
389 essa assessoria jurídica pela manutenção da multa aplicada na 12ª. R.O., no município  
390 de Arcos com o valor de R\$ 10.641,00 em conformidade com os artigos 15 e 17, da Lei  
391 7772/80, Art. 4º da Lei 12585/97, Art. 19, Parag. 3º do Decreto 39424, com redação  
392 alterada pelo Decreto 43127, bem como as Deliberações Normativas 27, alterada pela  
393 64.” Dr. Shelley – “Querida dizer que, se você já entrou com o processo de  
394 licenciamento, você tem condições de abaixar isso para R\$ 5.000,00 em vez de R\$  
395 10.000,00. Tem que ter muito cuidado, gente, com esse problema de licenciamento. As  
396 multas dele são antigas e as atuais são pesadas. As atuais aprovadas pela Assembléia  
397 são pesadas. Eu tenho pedido encarecidamente a FIEMG para lançar a nova lei e os  
398 novos valores para as pessoas tomarem consciência, para não serem pegadas com  
399 problemas desse tipo. Em discussão. Alguma observação. Em votação. Quem estiver de  
400 acordo que se mantenha como está. APROVADO”. – Assuntos Gerais – Regina Greco  
401 – Presidente do CBH-PARÁ – Solicitou informações quanto à construção de  
402 hidroelétrica nos rios Pará e Lambari, solicitando, também, cópia do processo de  
403 licenciamento. Rogério Noce – Informou da elaboração do anteprojeto sobre a política  
404 de resíduos sólidos do estado de Minas Gerais. Solicitou aos conselheiros a participação  
405 na avaliação do anteprojeto, que já está disponibilizado nos NARC’s, para num prazo de  
406 90 dias, o grupo regional definir as reivindicações da região e os pontos necessários a  
407 serem revistos para aperfeiçoamento do anteprojeto. Dr. Shelley – Agradeceu a  
408 presença de todos e solicitou ao prefeito e ao conselheiro Lessandro o encerramento da  
409 reunião. Lessandro – Agradeceu aos coordenadores do IEF, José Wilson, de Arcos e  
410 Rogério, de Divinópolis, pelos trabalhos desenvolvidos na região, e entregou aos  
411 conselheiros uma muda da árvore Murta. Leonardo – Agradeceu a presença de todos  
412 solicitando ao secretário Dr. José Carlos Carvalho, apoio para a revitalização do Rio  
413 Lambari e instalação do aterro sanitário na cidade de Santo Antônio do Monte e logo  
414 em seguida encerrou os trabalhos.

Shelley de Souza Carneiro  
Presidente da Unidade Regional Colegiada do COPAM Alto São Francisco